

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021
Processo Administrativo CRESS-MT nº 004/2020

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 20ª REGIÃO – MT, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, com sede em Cuiabá-MT, na Rua Batista das Neves, nº 22, Ed. Comodoro, Sala 303, Centro, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma presencial, do tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão: 05/02/2021

Horário: 14:00 horas (horário local de Cuiabá - MT)

Local: Sede do CRESS 20ª Região-MT

Credenciamento: das 14:00 às 14:15 horas

1. DO OBJETO:

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa na Prestação de Serviços na área contábil, financeira e contabilidade pública, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no termo de referência e demais anexos deste edital.

1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 Integram este edital para todos os efeitos e fins, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de declaração de que não emprega menor;
- Anexo III – Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação e contratação;
- Anexo IV – Modelo de declaração de elaboração independente de proposta;
- Anexo V – Modelo de requerimento de benefício do tratamento diferenciado e declaração para ME ou EPP;
- Anexo VI - Modelo de proposta de preços;
- Anexo VII – Minuta do contrato.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CRESS 20ª Região-MT para o exercício de 2021, por conta do elemento de despesa 6.2.2.1.1.01.04.04.002 - Serviço de Assessoria e Consultoria Contábil.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 3.2.1** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 3.2.2** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.2.3** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.2.4** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 3.2.5** Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 3.2.6** Entidades e empresariais que estejam reunidas em consórcio;

- 3.2.7** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU Plenário);
 - 3.2.8** Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017;
 - 3.2.9** Interessados declarados inidôneos ou em cumprimento de pena de suspensão;
 - 3.2.10** Interessados que tenham sido indicados, nesta mesma licitação como subcontratada de outro licitante;
 - 3.2.11** O Autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica;
 - 3.2.12** Servidor, dirigente ou ocupante de cargo comissionado no CRESS 20ª Região-MT.
- 3.3** Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar:
- a)** detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
 - b)** de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 3.3.1** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).
- 3.4** Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 3.5** Não serão aceitas participações de empresas com sócios comuns.

3.6 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1 Os licitantes deverão se apresentar à pregoeira para credenciamento no horário designado, por meio de representante devidamente munido dos seguintes documentos:

- a)** Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b)** Ato constitutivo da empresa e suas alterações;
- c)** Procuração pública ou particular, caso não seja sócio ou proprietário da empresa, ou caso seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa não esteja expresso no Estatuto ou Contrato Social.

4.2 Nenhuma pessoa (física ou jurídica) mesmo que credenciada por processo legal poderá representar mais de uma empresa nesta licitação.

4.3 A não apresentação no credenciamento não inabilitará o licitante, mas impedirá o representante de se manifestar em nome da empresa, sendo o credenciamento condição obrigatória para os licitantes que desejarem ofertar lances neste Pregão.

4.4 O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes “Proposta” e “Habilitação” relativos a este Pregão, ficando mantido o preço apresentado na sua proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.5 Os documentos descritos no item 4.1 deverão ser apresentados no ato do credenciamento, conforme a seguir (art. 32 da Lei 8.666/93):

- a)** em original;
- b)** por qualquer processo de cópia autenticada por cartório; ou
- c)** cópia simples atestada por servidor do CRESS 20ª Região-MT, após conferência com o documento original.

4.6 Caso o licitante necessite autenticar qualquer dos documentos exigidos neste edital, mediante conferência por servidor do CRESS 20ª Região-MT, deverá fazê-lo até o último dia útil anterior ao da abertura da sessão.

4.7 Os documentos apresentados na fase de credenciamento não serão exigidos nas outras fases, desde que não sejam os originais.

5. DA SESSÃO DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1 No dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

5.2 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão as seguintes declarações:

a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

b) Que inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

d) Que a proposta foi elaborada de forma independente;

e) Que não possui em seus quadros empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.2.1 No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, a declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.4 Após a entrega das declarações acima, os licitantes deverão entregar os envelopes de nº 01 – “Proposta de Preço” e de nº 02 – “Habilitação”.

5.5 As microempresas e empresas de pequeno porte que pretenderem se beneficiar desta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na LC 123/2006, deverão apresentar a respectiva declaração, conforme modelo anexo ao edital, separadamente dos envelopes de nº 01 e 02.

5.5.1 A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a declaração.

5.5.2 As licitantes acima identificadas que não apresentarem a referida declaração não usufruirão do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 6204/2007.

6. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE 1):

6.1 Deverá constar no envelope 1 a proposta de preço, a qual deverá ser impressa em língua portuguesa, em moeda corrente nacional, com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas, em papel timbrado da Empresa, devendo estar datada e assinada pelo seu representante legal, devendo constar o nome (identificação) do licitante, endereço, número de telefone e número do CNPJ, devendo ainda constar o valor numérico e por extenso.

6.2 A simples participação neste certame implica ao licitante:

- a)** ciência por parte do licitante e a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- b)** que o preço apresentado abrange todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação, a exemplo de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e gastos com transportes, bem como os descontos porventura concedidos;

- c) que o licitante vencedor se compromete a efetuar executar os serviços no preço e prazo constantes de sua proposta final;
- d) a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo CRESS 20ª Região-MT;
- e) que o serviço objeto do certame, será entregue de acordo com as especificações fornecidas neste edital, e que serão tomadas todas as medidas necessárias para assegurar um controle de qualidade adequado;
- f) que no caso de omissão na proposta, considerar-se-á que as suas especificações serão as que constam do Anexo I;
- g) que a empresa vencedora deverá apresentar proposta atualizada obedecendo o valor oferecido no lance final;
- h) que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, no mínimo;
- i) inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

7. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE 2):

7.1 No envelope nº 02 - Habilitação, a licitante deverá apresentar os documentos relacionados nos itens abaixo, numerados por páginas e, preferencialmente, na ordem descrita nos itens 7.3 a 7.7 do Edital.

7.2 A habilitação das licitantes será verificada por meio da documentação especificada neste Edital, sendo que os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma (art. 32 da Lei 8.666/93):

- a) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório;
- b) cópia simples atestada por servidor do CRESS 20ª Região-MT, após conferência com o documento original; ou
- c) impressão de site oficial, devendo constar o link de acesso.

7.3 Para a habilitação, a licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

7.3.1 Relativos à habilitação jurídica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, cujo objetivo social especifique ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, acompanhado da última alteração contratual, se houver, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- d) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- e) No caso de sociedades civis, este documento deverá ser acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- g) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- h) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração.

7.3.2 Relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), podendo ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), podendo ser retirada no site: www.caixa.gov.br. No caso do licitante ser pessoa física e não ser empregador, deverá em substituição à Certidão, declarar tal fato;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos em Geral, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho – CNDT.

7.3.3 Relativos à qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- b) Balanço patrimonial, assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), bem como demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- c) A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou

apurados mediante consulta *online*, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- d)** As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em qualquer dos índices, deverão comprovar possuir patrimônio líquido ou capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação (Art. 31, §3º da Lei 8.666/1993 e IN 2/2010), sob pena de inabilitação;
- e)** Sociedade criada no exercício em curso poderá apresentar fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado e autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- f) Os participantes deverão trazer os cálculos já prontos e impressos.**

7.3.4 Relativos à qualificação técnica:

- a)** Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade onde está estabelecida a sede e filial da licitante (se possuir), comprovando as inscrições e habilitações para o exercício da profissão da licitante e de todos os profissionais, sócios e não sócios, os quais prestarão os serviços objeto desta licitação;
- b)** Declaração expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, comprovando que o responsável técnico da licitante está registrado e habilitado para prestar os serviços deste Edital;
- b1)** No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CRC de Mato Grosso, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

b2) Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante.

b3) No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação dos seguintes documentos:

c1) Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, em papel timbrado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando informação expressa que a empresa licitante tenha prestado ou esteja prestando, a contento, serviços de elaboração de balancetes, balanço, prestação de contas anual, diário, razão, folha de pagamento, proposta orçamentária anual e reformulação orçamentária, tendo em vista tais serviços serem considerados as parcelas mais relevantes do objeto. No atestado ou declaração de capacidade técnica deverá constar, sob pena de inabilitação, além das exigências citadas, as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, razão social e CNPJ do contratado.

7.4 A Pregoeira poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

7.5 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

7.6 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

7.7 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.8 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará à Pregoeira convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.9 A licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de Inabilitação ou Desclassificação, a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos.

7.10 A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer, caso a Administração, venha tomar conhecimento de fato que desabone a idoneidade da licitante, que comprove a falsidade das informações prestadas ou qualquer outro que contrarie as disposições contidas neste edital.

7.11 Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

7.12 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

8. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

8.1 Abertos os envelopes com as propostas e registrados os valores ofertados pelas empresas, o pregoeiro e a equipe de apoio analisarão e verificarão a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo.

8.2 No julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço global, considerando o disposto no Termo de Referência e desde que atendidas às especificações constantes deste Pregão.

8.3 No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

8.4 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4.1 A nova disputa por meio de lances verbais e sucessivos, deverá ser feita adotando valores distintos e decrescentes, sempre sobre o menor valor (lance), a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, sendo de R\$50,00 (cinquenta reais) o limite mínimo entre os lances apresentados.

8.5 Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá à pregoeira decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

8.6 O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, nos casos previstos nos incisos XI e XVI da Lei nº 10.520/2002.

8.7 Não serão aceitas propostas que apresentarem preços manifestamente simbólicos, irrisórios, inexequíveis ou manifestamente incompatíveis com o valor de mercado.

8.8 Se duas ou mais propostas ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público.

8.9 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

8.10 Após os lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em conformidade com o objeto deste Edital e seus anexos, a pregoeira procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

8.11 Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

8.12 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

8.13 A Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um preço melhor.

8.14 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pela Pregoeira, equipe de apoio e os licitantes presentes, que assim o desejarem.

8.15 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

8.16 No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17 A proposta final atualizada, deverá ser encaminhada no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação da Pregoeira.

9. DOS RECURSOS:

9.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

9.4 Decididos os recursos, a autoridade competente homologará o resultado.

9.5 Homologado o resultado e devidamente intimadas as licitantes classificadas, a autoridade competente deliberará quanto a adjudicação do objeto.

9.6 O adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decair do direito da contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.6.1 O prazo previsto no subitem 9.6 poderá ser prorrogado por igual período por solicitação expressa justificada da adjudicatária e desde que deferida pelo CRESS 20ª Região-MT.

9.7 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, o pregoeiro convocará, na ordem de classificação, o licitante mais bem colocado.

10. DO CONTRATO E DAS ALTERAÇÕES:

10.1 A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2 Correrão por conta da contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham incidir sobre o contrato.

10.3 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.4 Nenhum acréscimo ou supressão excederá os limites estabelecidos no subitem anterior.

10.5 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DAS OBRIGAÇÕES:

11.1 As obrigações das partes são as descritas no Termo de Referência, anexo deste edital.

11. DAS PENALIDADES:

11.1 As penalidades passíveis de aplicação são as descritas no Termo de Referência, anexo deste edital.

12. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

12.1 O preço e forma de pagamento encontram-se previstos na minuta de contrato, anexo a este edital.

13. DA FISCALIZAÇÃO:

13.1 A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do contratante para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas em lei, conforme detalhado no projeto básico.

13.2 O acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da contratada e nem confere ao contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

13.3 O contratante se reserva ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente edital e seus anexos e com o contrato.

13.4 As determinações e as solicitações formuladas pelo representante do contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela contratada, ou nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

14. DA RESCISÃO DO CONTRATO:

14.1 As hipóteses de rescisão do contrato, bem como a disciplina aplicável em tais casos são aquelas previstas no instrumento de contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666/93.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à CPL, em até 5 (cinco) dias consecutivos anteriores à data de abertura do certame.

15.2 As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, a todos os interessados que tenham informado seu endereço eletrônico, cabendo aos que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado, o dever de inteirar-se, no resguardo de seus interesses, sobre o teor do documento.

15.3 As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação até o segundo dia útil que anteceder a data da abertura dos envelopes de habilitação, se por parte de licitante.

15.4 A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revoga-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

15.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só iniciarão e vencerão os prazos em dias de expediente no CRESS 20ª Região-MT.

15.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.7 O edital e seus anexos poderão ser lidos e estarão disponibilizados na íntegra, na página www.cressmt.org.br

15.8 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Permanente de Licitação com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

16. DO FORO:

16.1 O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Mato Grosso, em Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá, 04 de janeiro de 2020.

Islânia Ferreira de Campos
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

